

TENSÕES RELIGIOSAS NO BRASIL HOLANDÊS

Thiago Cavalcante dos Santos*

RESUMO: Formada em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (CIO), foi a empresa responsável pela ocupação no nordeste açucareiro. Contando com investimentos mistos, a empresa teria sido idealizada por calvinistas que fugiram da Bélgica em virtude das perseguições religiosas ocorridas naquele país. Em Amsterdã, capital da província da Holanda, tais calvinistas associaram-se a mercadores que desejavam fazer o comércio das especiarias no Novo Mundo. Desde 1599, no contexto da União Ibérica, os portos da região açucareira foram fechados pela Coroa de Castela com o intuito de vedar o acesso dos neerlandeses (inimigos de Castela) à lucrativa especiaria encontrada ali. A aliança dada entre belgas e mercadores foi fortalecida com a aproximação e incentivo da comunidade judaica de Amsterdã. Em pouco tempo de criação, a empresa partiria para a conquista da América Portuguesa, e iniciaria um novo ciclo na história colonial das Américas.

PALAVRAS-CHAVE: Calvinistas; Judeus; Neerlandês.

RELIGIOUS TENSIONS IN THE DUTCH BRAZIL

ABSTRACT: Formed in 1621, the West India Company (WIC)

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: biro@uol.com.br

occupied the northeastern of Brazil, the region that produced sugar. Featuring mixed investments, the company would have been conceived by Calvinists who fled from Belgium because of religious persecution that occurred in that country. In Amsterdam, the capital of the province of Holland, those Calvinists made an association with merchants who wanted to trade spices in the New World. Since 1599, in the context of the Iberian Union, ports in the sugar region were closed by the Crown of Castile in order to block the Dutch (enemies of Castile) from the lucrative spice found there. The alliance between Belgian and merchants was strengthened with the approach and encouragement of the Jewish community of Amsterdam. Short time after its creation, the company would set forth to the conquest of the Portuguese America and begin a new cycle in the colonial history of the Americas.

KEYWORDS: Calvinists; Jewish; Dutch.

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre 1630 e 1654 é comumente chamado dentro da história colonial brasileira de “Brasil Holandês”. A importância desse evento deve-se à breve ruptura da estrutura de dominação ibérica no nordeste da América Portuguesa. A presença do neerlandês (adjetivo melhor apropriado) em solos nordestinos também levou ao fim a hegemonia católica sobre aquela parte da América Portuguesa. Ao mesmo tempo, com os neerlandeses houve uma grande entrada de calvinistas provenientes de países como Inglaterra, França, Alemanha e Países Baixos.

Paralelamente, junto com a Companhia das Índias Ocidentais (CIO), empresa responsável pela ocupação do território, também veio uma parcela considerável de judeus, que ao adentrarem no território acabaram influenciando a uma nova profissão de fé os intitulados cristãos-novos. Nesse contexto, o embate religioso e os inte-

resses particulares de cada grupo eram intensificados à medida que cada um expandia sua atuação e influência na sociedade nordestina.

2 LUSO-BRASILEIROS E A FÉ CATÓLICA

As tensões entre católicos e protestantes eram grandes. O que estava em jogo não era apenas a hegemonia política, social e econômica do nordeste da América Portuguesa, mas também a pertinente discussão no período (pouco mais de cem anos após a Reforma Protestante) acerca da verdadeira forma de expressar fé no Deus da bíblia cristã. Luso-brasileiros, representados na historiografia pelo clérigo português Manoel Calado, acreditavam serem adeptos da verdadeira religião cristã, e viam na figura dos neerlandeses a representação da heresia e rebeldia.

Para os luso-brasileiros, pior do que ver o território colonizado pelos neerlandeses foi ver uma religião rival tentando se sobrepôr à fé católica. A preocupação local era agravada com a proibição de missas a portas abertas e com a fuga de clérigos católicos para outras localidades (partes do Nordeste, América Espanhola e Europa).

Ao mesmo tempo, os luso-brasileiros não tinham apenas críticas à forte presença calvinista na região, mas também teciam críticas ao considerável número de judeus que migraram para o nordeste. Se antes da invasão de Pernambuco os portugueses não viam com bons olhos o convívio com marranos, depois da invasão o repúdio pelos judeus transformou-se em temor de uma expansão do judaísmo e do protestantismo em toda a América Portuguesa, fatos que para eles poderiam ocasionar a falência do catolicismo na possessão lusitana.

O temor à expansão calvinista e à presença judaica decorria também da diminuição dos fiéis católicos na região. Com o Recife invadido e o governador rendido, a população entrou em pânico, muitos moradores e eclesiásticos fugiram da cidade em direção ao interior, ocasionando diminuição do clero e abalo na fé católica.

Para os lusitanos, essa situação era consequência do castigo

divino para eles. Segundo o clérigo Calado (1942), a adversidade portuguesa estaria dividida em duas etapas. A primeira se dava com a União Ibérica, vista pelo escritor como o cativeiro de Portugal, na qual o país sofria com a submissão à Coroa de Castela. A segunda etapa era o período que correspondia às hostilidades da invasão neerlandesa.

Contudo, Calado (1942) afirma que Deus não tinha desamparado os lusos e tampouco se esquecido deles, apenas castigava sua ingratidão. Para corroborar sua afirmação, o clérigo utilizava a bíblia. Segundo Calado (1942), assim como os israelitas, os portugueses seriam escolhidos de Deus, e se o povo de Israel demorou 40 anos para atravessar o deserto, Portugal poderia em alguns anos sair dos cativeiros espanhol e holandês.

Para os neerlandeses, a diminuição do número de fiéis católicos não significava necessariamente uma vantagem. No nordeste, eram esses indivíduos (juntamente com os negros) que faziam a cultura da cana prosperar. Com a evasão populacional, tornava-se difícil para os invasores recuperarem os lucros investidos na conquista do território.

Em uma tentativa de evitar maior êxodo da população pernambucana (a que entendia do fabrico do açúcar) e estabelecer uma conquista pacífica, o governo da Nova Holanda, passou a conceder liberdade de consciência. Ainda assim, essa liberdade nem sempre se traduziu em independência de práticas religiosas, visto que após o período de 1638 as procissões foram proibidas a pedido dos ministros protestantes.

Paralelamente, a associação entre o catolicismo e a Coroa Ibérica era algo constantemente lembrado pelos membros da Companhia das Índias Ocidentais. O temor de um levante e o desejo de consolidação e alargamento do Brasil Holandês eram motivações para vigiarem indivíduos que professassem a fé católica. A ligação de alguns frades carmelitas, beneditinos e franciscanos com a Bahia – centro de resistência das forças ibéricas no Brasil – dava sustentação ao temor dos neerlandeses, ocasionando a deportação desses

clérigos para a Europa.

Contudo, nem todas as partes conquistadas pelos neerlandeses eram tão bem vigiadas quanto os centros urbanos (Recife e Olin-da, por exemplo). O interior, pouco penetrado pelos neerlandeses, tornou-se foco dos insurgentes e dos católicos. Nas capelas dos engenhos e nas igrejas dos povoados do interior, muitos frades e padres levaram a efeito uma constante campanha contra protestantes e judeus. Essa campanha era traduzida mais em agitação do que em conflitos ativos. Segundo Mello Neto (1947), os clérigos usavam o confessionário e o púlpito para instigar os fiéis a reagirem à presença neerlandesa. Nessa batalha teológica, os clérigos exortavam seus cristãos segundo a perseverança da fé católica a fim de evitar a disseminação do culto reformado.

Conforme Mello Neto (1947), as pregações e exortações, constantemente lembravam as atrocidades cometidas pelos neerlandeses desde o desembarque na praia de Pau Amarelo, tais como as humilhações, os agravos sofridos, as igrejas derrubadas e a consequente fuga de sacerdotes.

A falta de sacerdotes acentuou as ligações dos insurgentes do Pernambuco com a Bahia, outro foco de resistência. Constantemente ocasionava pedidos para o envio de clérigos que estavam na Bahia, gerando desconfiança do governo neerlandês, e fazia com que a chegada destes no Pernambuco demorasse de cinco a seis meses por caminhos secretos ou pelos matos.

A desconfiança neerlandesa levava à expulsão ou enforcamento de religiosos acusados de ajudarem insurgentes com mantimentos e informações. Conforme Calado (1942), para sorte de alguns religiosos, o conde Nassau – maior expoente da autoridade neerlandesa – intervinha com o abrandamento da pena destes clérigos, mas isso não impedia que jesuítas fossem expulsos do nordeste, acusados de manterem correspondências com o inimigo e informando as posições dos neerlandeses.

2.1 NEERLANDESES

Segundo o pastor holandês Shalkwijk (1986), de 1624 (data da primeira invasão em Salvador) até 1654 existiram 22 igrejas de culto reformado em solos nordestinos. Contudo, lembra o autor, à medida que os neerlandeses perdiam terreno com o avanço das forças locais, as igrejas acabavam sendo fechadas.

Conforme Shalkwijk (1986), a Igreja Reformada no Brasil Holandês era organizada da seguinte forma: haviam igrejas locais ordenadas internamente por um *consistório*, que era um conselho eclesiástico formado por presbíteros e diáconos, sendo estes eleitos pelos membros da igreja. Tais consistórios reuniam-se em nível regional, formando uma *classe* ou *presbitério*. Os presbitérios, em conjunto máximo, formavam um *sínodo* como órgão máximo, o que possibilitaria às pequenas igrejas a possibilidade de apelação a um concílio superior. Além disso, havia o Conselho Eclesiástico, que tinha por função liberar a organização dos estatutos em matéria religiosa e apresentar propostas de combate à barbárie, que se alastrava com a guerra, e à imoralidade no exército.

Ao que parece, a pouca penetração calvinista se deu por meios ineficientes da própria CIO. Segundo Watjen (1938), apenas em 1633 se deu o embarque de teólogos calvinistas para a Nova Holanda (a afirmação refere-se ao embarque de teólogos que seriam fixos no Recife, afinal, é conhecido dentro da história do Brasil Holandês o teólogo calvinista João Baers, que participou da conquista da capitania de Pernambuco, deixando seus escritos na obra *Olinda Conquistada*). Segundo Shalkwijk (1986), a não vinda de muitos clérigos se dava por motivos particulares, tais como doença ou a não-aceitação de suas esposas para irem ao nordeste.

A conquista neerlandesa atraiu mercenários dos mais diversos exércitos e regiões da Europa. Em geral, essas pessoas eram provenientes de centros urbanos e dispunham de poucos recursos. Por causa de seu caráter comercial, poucos penetraram no interior e experimentavam uma falta de meios de subsistência que dificultava a preservação da vida na colônia.

Segundo Silva (2004), parte dos neerlandeses que para cá vieram eram réus homiziados, isto é, fugitivos que foram perdoados ao ingressarem nas fileiras da Companhia das Índias Ocidentais. Essa situação originou um obstáculo ao estreitamento das relações entre dominantes e dominados. Segundo Calado (1942, p. 27):

Ficaram os holandeses senhores da vila, e Recife, e começaram a saquear tudo com grande desaforo, e cobiça. Este entrava por as casas, e saía carregando do melhor que nelas achava. Aquele quebrava com machados as portas das que estavam fechadas, as caixas, os escritórios, os contadores cheios de finas sedas, de couro, e de prata, e ricas jóias; outros entravam por as igrejas, depois de lhe roubarem os ricos e custosos ornamentos, e fazerem em tiras muitos deles, quebravam em pedaços as imagens de Cristo, e da Virgem Maria, e dos outros santos, e as pisavam com os pés com tanta coragem e desaforo, como que se com isto lhe parecesse que extinguíam a fê Católica Romana. Outros entravam por as lojas dos mercadores, e achando-as cheias de pipas de vinho, bebiam tanto que as ruas estavam abastadas de bêbados; outros, como andavam esquentados e azougados, punham fogo nos conventos, e edificios suntuosos, dando com eles em terra.

As relações vividas no período inicial da invasão, isto é, os cinco primeiros anos, podem ser entendidas como um dos pilares da Insurreição Pernambucana, e uma das causas do furor popular frente ao conquistador neerlandês.

Para realizar seus cultos públicos, os invasores adaptaram várias igrejas católicas para instaurar o culto reformado, e assim santuários católicos tradicionais transformaram-se em templos luteranos e calvinistas. Na igreja do convento de São Francisco, por exemplo, era realizado o culto em língua inglesa (pelo grande número de soldados ingleses da CIO). Em todo o período da dominação holandesa no

nordeste, só há relato da construção de uma única igreja reformada. Essa igreja era a dos franceses, construída em 1642 na cidade de Maurícia.

Sendo também um período marcado por muitas controvérsias, não é de se espantar que apenas uma igreja reformada fora construída no Recife. Essa situação levantou um questionamento: Por que a liderança calvinista do Brasil Holandês, que tanto restringia o culto católico, não procurou aumentar sua influência na sociedade recifense?

A princípio, a impressão que temos é que fazia parte da realidade calvinista a lentidão e passividade em tomar algumas atitudes concernentes ao seu culto. Como dito anteriormente, apenas em 1633 se deu o desembarque de teólogos calvinistas. Soma-se a isso a ausência de ministros na evangelização de negros e índios. Em uma região formada por cinco igrejas, raramente todas dispunham de ministros suficientes. Nesse sentido, dificilmente a pregação calvinista tornar-se-ia popular.

Mesmo a contragosto, o governo neerlandês tentou dar liberdade de consciência e religião. Havia ocasiões em que isso gerava tumultos, especialmente entre reformados e católicos. Dependendo do número de fiéis, havia locais em que um tentava subjugar o outro pela quantidade (no interior, como visto anteriormente, os portugueses católicos tinham uma relativa autonomia).

Como dito anteriormente, no período nassoviano – governado pelo Conde Mauricio de Nassau – houve certo clima de paz e de tolerância religiosa. Não apenas por um ato puramente benevolente, mas também por um interesse específico e estratégico. Ao mesmo tempo em que Nassau recomendava tratamento especial para os luso-brasileiros – sendo corteses, benevolentes e tendo boas maneiras – não se esquecia da necessidade de, com o tempo e em boa ocasião, expulsá-los da colônia.

Um exemplo dessa cortesia foi o tratamento dado ao Frei Vicente do Salvador. Conhecido no interior pelas suas missas e suas exortações, sua fama espalhou-se não apenas nos domínios neerlandeses

no nordeste, como também na Europa.

O prestígio de Salvador intrigava as lideranças calvinistas em Recife, pois temiam que o clérigo lusitano fosse visto como um estandarte da liberdade católico e dos luso-brasileiros. Para tentar estabelecer algum tipo de relação que amenizasse qualquer tipo de influência do clérigo, Nassau fez o convite para que Salvador morasse em sua casa, prometendo-lhe licença de fazer missa em seu palácio a portas fechadas.

Entretanto, segundo Netscher (1942), o bom trato que Nassau concedia aos católicos não era assimilado pelos seus subalternos, que frequentemente roubavam clérigos, invadiam casas e deflo-ravam mulheres. Outra questão que incomodava os habitantes da região era que à medida que a empresa neerlandesa procurava obter mais lucros, a população ficava à mercê das obrigatoriedades que a cercavam, e que impediam uma melhor autonomia aos antigos moradores. Mais uma vez, CALADO (1942, p. 296-297) procurou sintetizar as atitudes políticas colocadas em prática pela WIC:

Para assolação de toda a Província, inventaram e inovaram vária diversidade de ofícios, a saber Escoltetos, e financeiros, que nenhum outro cargo executavam mais que arguir os pobres moradores de tudo aquilo, que lhe ditava a imaginação para condenarem para si, usando de seus poderes com os maiores insultos do mundo, até tomarem as mulheres casadas com força e violência, e usarem delas por mancebas, tendo-as, e mantendo-as em suas casa.

Em outro trecho, Calado (1942, p. 299) lamentou a situação dos moradores face à atuação severa de alguns flamengos, e como isso principiou um sentimento de abandono pela população atingida:

Não tendo já para que apelar estes tristes moradores, os obrigou sua grande miséria e seu des-

consolado cativeiro a olharem para si e verem, no triste espetáculo de suas pessoas, apagado o brio dos antigos portugueses, esquecida a valentia com que foram criados, vendo por lei fixado suas cintas sem espadas, sua fazendas com novos donos, muitas de suas casas com violenta desonras, com tão geral desampador, que alguns comunicavam sua dor ao outro, por alívio, saía da ocasião mais penoso pois as repetidas lástimas do próximo, e o pior é que foram em tanto crescimento as afrontas, que se debilitaram os brios ainda à falta do ordinário sustento com que foi força recorrer ao discurso, e desembuçar o envergonhado valor, que tantos anos havia andava coberto, e a amiudados juízos forma total resolução de livrar a pátria de tão forte cativeiro ou morrer na demanda.

Essa conflitante situação agravava-se com a questão da liberdade religiosa. Essa posição de desconfiança do neerlandês era tão séria que, segundo Calado (1942), nas pregações dos padres havia olheiros e ouvintes atentos para notar se os clérigos diziam alguma coisa contra os neerlandeses, e caso ocorresse alguma suspeita o castigo era a prisão ou a degola.

O trato consentido por Nassau aos católicos, especialmente com Frei Salvador, levou a ocorrência de dissensões dentro da CIO. Os reformadores mais radicais da empresa neerlandesa não viam com bons olhos a forma como o conde administrava a questão religiosa dentro da colônia, e assim que Nassau partiu, luteranos e calvinistas reuniram-se no Conselho Eclesiástico do Recife para determinar como a vida religiosa deveria seguir dentro da colônia.

2.2 JUDEUS NO BRASIL HOLANDÊS

As relações de cristão-velhos e novos eram enveredadas por muitas décadas. Segundo Wiznitzer (1966), a liberdade religiosa nos Países Baixos fez com que marranos de diversas partes da Europa, inclusive franceses, portugueses e espanhóis, emigrassem para lá.

Essa migração decorria do fato de, desde fins do século XVI, a Holanda ser uma das principais potências do comércio mundial. Dispunha de uma marinha mercante eficiente, sendo também um centro bancário e comercial que despachava e recebia produtos para a Europa. Essa característica mercantil, aliada à liberdade de religião fez com que os judeus estabelecidos nos Países Baixos mantivessem relações em todo o mundo, contribuíssem para desenvolver novas áreas ao comércio neerlandês e para que obtivessem um desenvolvimento econômico particular. Concomitantemente, os cristãos-novos do nordeste da América Portuguesa mantinham relações com os judeus de Amsterdã.

Conforme Wiznitzer (1966), a ideia de criar companhias de comércio teve importante contribuição judaica. Para Vainfas (2004), desejava-se com tais companhias adquirirem mercadorias por compra, troca ou pirataria, dividirem a frota espanhola e enfraquecerem a Coroa de Castela (interesse comercial dos comerciantes e político do Estado). Esse fato era também associado a um desejo de defesa dos seus “semelhantes” no Novo Mundo. Para Novynski (1992), do outro lado do Atlântico ouvia-se por tempos sobre uma possível sede permanente da Inquisição em Recife, e isso inquietava os cristãos-novos.

Os cristãos-novos que aqui estavam antes da conquista neerlandesa, exerciam atividade na produção de cana, porém, o maior número deles dedicava-se ao comércio e à agiotagem, e por isso sofriam perseguições. Wiznitzer (1966) afirma que a decisão de invadir o nordeste teve forte pressão judaica. Assim como os neerlandeses, os judeus também tinham os espanhóis como inimigos, em virtude do grande número de cristão-velhos expulsos ou perseguidos na Espanha. Novisnky (1992) afirma que, na Holanda, havia importantes agentes lusos (cristãos-novos) que eram responsáveis pelo envio de armas para a guerra contra Castela.

No Brasil Holandês, a liberdade de religião e de consciência concedida pelos Estados Gerais no nordeste estimulou muitos judeus a irem para o nordeste, e a se ocuparem como intérpretes (dominavam

o português e o holandês) ou soldados da CIO.

Como conhecedores dos dois idiomas, os judeus não se contentaram apenas em exercerem o ofício de soldado ou de intérprete. Segundo Mello Neto (1947), a desenvoltura com os dois principais idiomas da colônia e com as operações financeiras fez com que eles passassem os neerlandeses nas ações comerciais. Soma-se a isso, a facilidade que tiveram de aclimatar-se (diferente dos neerlandeses) à região nordestina, sendo isso um fator preponderante para que tivessem na área comercial sua principal atuação.

Trabalhando como financiadores, corretores, exportadores, fornecedores de negros e arrecadadores de impostos, os judeus alcançavam status de prestígio na colônia, e isso possibilitou o crescimento da comunidade judaica, que se apoderava cada vez mais dos negócios. Para Boxer (1961), a importância desse grupo no Brasil Holandês é tão grande que nos momentos em que a fome apertava eram de navios judeus que traziam os víveres para a subsistência das tropas flamengas.

Os senhores de engenho não tinham condições de comprar à vista escravos da Companhia das Índias Ocidentais, e a empresa não queria vender os escravos em prestações por causa dos prejuízos acumulados. Em uma situação em que ninguém queria perder, coube aos judeus atuarem como intermediários. Evidentemente, eles se aproveitavam dessa condição e conseguiam auferir vultosos resultados: compravam negros da CIO, vendiam aos senhores a preços maiores, em diversas prestações e a juros altíssimos.

Porém, a presença judaica durante a ocupação neerlandesa no nordeste não pôde ficar restrita aos aspectos socioeconômicos. Além da vinda dos intelectuais judeus e do primeiro rabino ao continente, a comunidade judaica da região conseguiu erigir duas sinagogas na colônia: uma no Recife (a primeira da América) e outra em Antônio Vaz (na verdade, era uma casa que servia de encontro para os judeus da Ilha). Para Nieuhof (1942), a construção dessa última pode ser um indício do grande número de judeus que teria habitado a cidade planejada por Nassau.

Ao mesmo tempo, essa situação privilegiada trazia uma gama de infortúnios aos judeus e o repúdio que o marrano despertava ainda antes da invasão foi aumentando após o estabelecimento do governo da Nova Holanda.

Se a princípio os judeus eram amigos dos neerlandeses, com o passar do tempo tiveram que conviver com uma situação que se invertia aos poucos. Nieuhof (1942) afirma que os lucros com o tráfico negreiro, a primazia na indústria açucareira e na arrecadação de impostos incomodavam o Conselho Administrativo, que via os judeus como um grande concorrente a ser batido. Para os luso-brasileiros a usura, a incredulidade e a dependência ao judeu em tempos de fome eram fatores que contribuíam para o fortalecimento dos conflitos.

Na tentativa de limitar e frear a gradual ascensão judaica, o Conselho Administrativo tomou a medida de proibir o culto judaico. Essa medida implicava o fechamento de sinagogas e a proibição de construções de templos judaicos.

Muitas vezes, o que marcava a presença do judeu no Brasil Holandês era o seu caráter dúbio de procurar salvar o seu interesse independente do rumo que tomava a colônia e do lado ao qual ele teria que se aliar.

Segundo Novinsky (1992), parte do caráter dúbio que o judeu assumiu no Brasil Holandês decorria de sua indefinição. Para a autora, o cristão-novo achava-se em uma situação dramática, já que vivia entre o mundo cristão e o judeu. Esse posicionamento intermediário fazia com que eles vivessem dentro do primeiro sem serem aceitos entre o segundo. Isso também era somado à diversidade de procedência desse grupo, fazendo com que não houvesse coesão entre os cristãos-novos, que acabavam não pensando e nem vivendo segundo os mesmos padrões morais e religiosos trazidos da Europa por seus congêneres.

Isso ocorria em virtude da presença de dois tipos de judeus no Brasil Holandês: *os sefardins e os askhenazim*. Os sefardins assimilaram uma ideia de honra e aristocracia pela qual julgavam que todos os judeus na Península Ibérica eram descendentes da nobreza

de Jerusalém. Os askhenazim eram de outros países (principalmente Holanda), sendo, também, descendentes de remanescentes do povo judeu. A discussão maior em torno desses grupos era a forma como cada um se via como superior ao outro.

Como atuavam como intermediário entres neerlandeses e portugueses, Nieuhof (1942) afirma que os judeus sabiam e eram mais atentos e preocupados com os insurgentes locais do que os próprios flamengos. O mesmo cita em sua obra o caso do médico judeu, Abraham Macedo, que enviou uma carta ao Conselho dos XIX e assinou com o codinome de Plus Ultra. Na carta, Plus Ultra alarmava sobre o perigo de Camarão no interior da Paraíba, de outros negros, de alguns mulatos, de lusos e de muitos devedores da CIO. Porém, para salvar vida e propriedade, muitos agricultores judeus abastados passavam para o lado dos insurretos. O mesmo ocorria com judeus que eram presos.

Na obra de Moreau (1979), nos é apresentado um judeu de nome Moisés Cohen, devedor da CIO (possivelmente Moisés Cohen estava no nordeste ainda antes da invasão holandesa), que decidiu fugir para o mato para se aliar aos insurgentes lusitanos. No interior, Cohen obteve a confiança de Vieira (líder dos rebeldes e casado com uma cristã nova) e passou a ter acessos aos planos dos locais. Porém, o que mais interessava para Cohen era continuar em pé de igualdade com os flamengos, por isso voltou para o Recife e procurou usar suas informações como moeda de troca para sanar as dívidas com a empresa holandesa.

Nieuhof (1942) também cita o caso de um rico senhor judeu devedor da CIO, Jorge Homem Pinto. Porém, diferentemente dos outros dois acima citados, Jorge Pinto passou para o lado dos insurretos com a promessa de Vieira de assegurar aos judeus os mesmos privilégios que durante o período holandês dispunha este grupo perseguido.

Essa situação embaraçosa para os marranos era vista com muito temor pela comunidade judaica. O receio de perder o apoio que lhes sustentava, fez com que judeus ricos, apavorados com a ideia

de insurreição, partissem em direção à Holanda, Caribe, Inglaterra, América do Norte e Jamaica, ocorrendo uma descapitalização no Recife.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio holandês no nordeste açucareiro não quebrou as estruturas econômicas e sociais presentes na América Portuguesa, visto que o latifúndio e a escravidão foram incorporados como elementos de sustentabilidade dos neerlandeses na região ocupada.

Na realidade, a grande estrutura inaugurada pelos neerlandeses foi a ocorrência de três manifestações religiosas que destoavam de algum tipo de pacifismo. Isso se dava principalmente nos momentos em que polêmicos acontecimentos aconteciam (destruição de igrejas, construção de sinagogas, violência contra mulheres e crianças, corrupção, dentre outros), levando católicos, calvinistas e judeus a atacarem-se mutuamente em uma tentativa de afirmar ou arrazoar sobre a forma de fé que cada grupo professava.

Ao mesmo tempo, podemos ver como o discurso religioso tornou-se uma ferramenta fortemente utilizada pelos insurretos locais contra os neerlandeses, como se a defesa da fé católica e portuguesa fosse a única causa a ser levada em consideração.

Ao realizarmos este trabalho, chegamos à conclusão que o olhar que o historiador lança no estudo das manifestações religiosas de um dado momento (em nosso caso, ao do Brasil Holandês), permite que ele seja apto a realizar uma leitura dos fiéis dos grupos envolvidos, entender quais motivações os grupos levam em consideração, e constatar que o estudo dessas manifestações é importante para a análise do momento histórico.

Isto posto, cremos que muitas respostas não obtidas acerca do período aqui mencionado serão encontradas através de um crescente e profundo interesse dos pesquisadores pelas formas de fé encontradas no Brasil Holandês.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624 – 1654**. Tradução de Olivério Pinto. São Paulo, SP: Nacional, 1961.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da liberdade**. Recife, PE: [S. n.], 1942.

MELLO NETO, José A. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1947.

MOREAU, Pierre. **História das Últimas Lutas no Brasil entre holandeses e portugueses**. São Paulo, SP; Belo Horizonte, MG: Edusp; Itatiaia, 1979.

NETSCHER, Petrus Marinus. **Os Holandeses no Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1942.

NIEUHOFF, John. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. São Paulo, SP: Martins, 1942.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-Novos na Bahia**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992.

SHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês 1630-1654**. Recife, PE: Governo de Pernambuco, 1986.

SILVA, Leonardo Dantas. Visões do Cotidiano. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A PRESENÇA HOLANDESA NO BRASIL: MEMÓRIA E IMAGINÁRIO”. 4-7 out. 2004, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2004. Conferência.

VAINFAS, Ronaldo. A Questão dos Judeus Novos. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL “A PRESENÇA HOLANDESA NO BRASIL: MEMÓRIA E IMAGINÁRIO”. 4-7 out. 2004, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Museu Histórico Nacional, 2004. Mesa Redonda.

WÄTJEN, Hermann. **O Domínio Colonial Holandês no Brasil**. São Paulo, SP: Nacional, 1938.

WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo, SP: Pioneira, 1966.

Recebido em: 03 Março 2010

Aceito em: 23 Agosto 2010